

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





João Furtado é multado por “emergência fabricada”

Carol Almeida

carol.almeida@opopular.com.br

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) decidiu que o procurador do Estado e ex-presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO), João Furtado de Mendonça Neto, e dois ex-pregoeiros do órgão devem ser multados por uma contratação direta indevida ocorrida em 2015. O TCE-GO entendeu que uma “emergência fabricada” levou ao acordo. Apesar da decisão, frisa o tribunal, os efeitos do contrato serão mantidos.

Naquele ano, a empresa Valid Soluções e Serviços de Segurança foi contratada pela autarquia para a emissão de documentos, como a Carteira Nacio-

nal de Habilitação (CNH). Ao analisar o processo, o tribunal verificou que dois atos de dispensa emergencial para a emissão da CNH, da Permissão Internacional para Dirigir (PID) e da Autorização para Conduzir Ciclomotores (ACC) foram produzidos.

O primeiro, vigente entre 1º de dezembro de 2014 a 31 de maio de 2015, foi considerado pertinente, pois, de acordo com o TCE-GO, a administração providenciou, no tempo oportuno, a realização de um procedimento licitatório, que não teve sucesso. Diante disso, houve situação emergencial devido à proximidade do fim da vigência do contrato anterior.

O segundo ato, contudo, foi considerado uma “emergência

fabricada”, pois o gestor do Detran-GO só teria iniciado o certame em 10 de abril de 2015, dias antes do fim da primeira contratação direta. O Tribunal destaca, ainda, que a Controladoria Geral do Estado (CGE) apontou que os pregoeiros foram negligentes por não terem disponibilizado o edital de licitação pela internet, levando a uma nova remarcação da sessão de lances para 14 de julho de 2015, quando o prazo da primeira dispensa de licitação já tinha sido encerrado.

O advogado Romero Ferraz, que defende João Furtado de Mendonça Neto, afirmou que a Valid não foi contratada diretamente, mas sim por processo licitatório. O POPULAR não conseguiu localizar os responsáveis pela Valid.



Novos contratos devem preceder venda de ações

SANEAGO A capitalização da companhia foi aprovada pela Assembleia em votação definitiva; antes de oferta no mercado, Estado quer renovar prestação de serviços a Goiânia e Anápolis

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

O Estado deve esperar a renovação do contrato da Companhia de Saneamento de Goiás (Saneago) com as prefeituras de Goiânia e Anápolis antes de colocar ações da estatal no mercado. O projeto que autoriza a abertura de capital da empresa e venda de até 49% de ações foi aprovado em segunda votação na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás ontem, e agora segue para sanção.

O líder do Governo na Casa, Bruno Peixoto (MDB), afirmou que o presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, e o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), estão envolvidos no diálogo com os prefeitos das duas cidades com o objetivo de renovar o contrato de concessão. "É evidente que, com a renovação de Goiânia e Anápolis, os valores das ações terão superávit. A aprovação do projeto não significa colocar as ações no mercado imediatamente. Imagino que isso deve ocorrer após diálogo e acordo renovado com essas duas cidades", disse Bruno.

O secretário de Finanças de Anápolis, Marcos Abrão, afirma que o contato da Saneago com o município sobre a renovação do contrato é recente. Segundo o auxiliar, a prefeitura está fazendo estudos para decidir se renovará a concessão da estatal. "Vai além da parte financeira. Estamos levando em consideração o serviço de água e esgoto que é prestado em Anápolis", disse Marcos.



Fábio Lima

Bruno Peixoto (MDB), líder do Governo, destaca importância de concessões para alavancar valor das ações



O Estado deveria ter comprometido as (ações) secundárias, que são do governo"

Antônio Gomide (PT), deputado estadual, defendendo que o dinheiro oriundo da futura venda de ações da Saneago seja só para investimento na empresa

O prefeito de Goiânia, Iris Rezende (MDB), disse em entrevista ao POPULAR no início do semestre que trataria do assunto diretamente com o governador Ronaldo Caiado (DEM). O prefeito ainda afirmou que a capital sustenta a Saneago e questionou quais benefícios a população recebe, afirmando que a estatal "tem tirado de Goiânia para atender outras questões".

SESSÃO

Diferente do que ocorreu na terça-feira (5), quando servido-

res da Saneago lotaram a galeria da Assembleia em manifestação contra a autorização para a venda de ações da estatal, não houve ontem pressão de funcionários da empresa durante a votação definitiva e a galeria estava vazia.

Deputados da oposição tentaram obstruir a votação em duas ocasiões em que a conferência de quórum foi solicitada. Oito deputados deixaram de registrar a presença com o objetivo de que o número mínimo de parlamentares necessários para a

votação não fosse alcançado. O regimento da Casa exige que 21 deputados estejam presentes para que um projeto seja votado.

Com número de parlamentares governistas suficiente no plenário, o projeto foi votado e aprovado. A matéria recebeu oito votos contrários, de Antônio Gomide (PT), Leda Borges (PSDB), Henrique Arantes (MDB), Cláudio Melrelles (PTC), Rubens Marques (Pros), Adriana Accorsi (PT), Hello de Sousa (PSDB) e Gustavo Sebba (PSDB).

Quando a matéria passou pela Comissão Mista na semana passada, foi incluída no projeto, via voto em separado do deputado Rubens Marques (Pros), a previsão de que, no mínimo, 30% do que for arrecadado com a venda das ações primárias sejam investidos em saneamento e água. Outra mudança foi a substituição de "ao menos" por "sempre", como citado por Bruno, no trecho do projeto que diz que o Estado de Goiás deverá manter ao menos 51% das ações com direito a voto.

A previsão de investimentos com base nas ações primárias é alvo de críticas da oposição. Segundo o deputado Antônio Gomide (PT), estas ações pertencem a Saneago e o investimento na empresa é obrigatório. "O Estado deveria ter comprometido as secundárias, que são do governo."

Da forma como está, diz o deputado, o texto abre brecha para todo o dinheiro ser usado em áreas diversas da administração estadual.



Fio Direto

SUELY ARANTES

Contratações para fornecimento de refeições em hospitais do Estado são ilegais, diz TCE

Três atos de dispensa de licitação da Secretaria de Estado da Saúde (SES) para contratar fornecimento de refeições para hospitais da rede pública foram julgados ilegais pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, em sessão plenária realizada na tarde de quarta-feira. Juntos, eles somam mais de R\$ 13,6 milhões em favor da empresa Sanoli Indústria e Comércio de Alimentação. A dispensa vinha sendo utilizada sob o argumento de caráter emergencial, que o TCE considerou indevida. O relator de dois dos processos aprovados acabou assumindo a relatoria também do terceiro, originalmente a cargo do conselheiro Kennedy Trindade, que acompanhou o voto vista de Sebastião Tejota. No caso concreto do primeiro processo há o agravante de descumprimento de deliberação do TCE ainda em 2011, pois a licitação não foi concluída e entre 2011 e 2015 foram realizadas quatro contratações diretas (dispensas nºs 60/11, 35/12, 66/14 e 6/15) baseadas em emergência, além de regularizações de despesas tratadas em Tomadas de Contas Especiais, julgadas em sete acórdãos do Tribunal, relativas ao mesmo período. Nas decisões de 2011, o TCE havia determinado a realização do procedimento licitatório, com prazo de 120 dias, para o fornecimento de refeições nos hospitais de Urgência de Goiânia (Hugo), de Doenças Tropicais (HDT), Geral de Goiânia (HGG), Materno Infantil (HMI), de Urgências de Aparecida de Goiânia (Huapa), de Dermatologia Sanitária (HDS), Maternidade Nossa Senhora de Lourdes e Creche Cantinho Feliz. A Secretaria não só deixou de cumprir a deliberação, como ainda abriu dois novos procedimentos de dispensa (nº 66/2014 nº 6/2015), para a mesma empresa Sanoli, que deram origem aos dois processos também julgados ilegais na mesma sessão.





Café da Manhã

ULISSES AESSE ulissesaesse@gmail.com

'Não faça como os pavões, que estão sempre preocupados com as penas' - George Washington

Caiado antecipa folha e paga todos servidores

O governador **Ronaldo Caiado** (foto) está bem próximo de colocar a casa em ordem. Após herdar uma administração combalida, até mesmo com os salários atrasados dos servidores, o democrata conseguiu antecipar o pagamento do funcionalismo público, que estava sendo pago



no dia 10 de cada mês. Ontem, dia 7, o governo conseguiu concluir a quitação da folha dos servidores estaduais. Em declaração à imprensa, o governador afirmou: 'Confirmado o pagamento dos servidores para amanhã (quarta-feira). Devagar estamos dando conta de chegar. Os professores já pagamos todos no dia 30, até porque já sabíamos da sobrecarga que eles teriam com a prova do Enem. Estamos trabalhando para sempre incluir dentro do mês trabalhado. Será toda a folha neste dia 7.' É certo que Caiado pegou uma bomba relógio devidamente armada pelos perdedores das eleições passadas, seus adversários. Mas devagar, com serenidade e com pulso, Caiado vem conseguindo colocar as contas em dia. Agora, quem sabe, com a injeção de recursos via venda do **Pré-Sal**, com certeza, o governador começará a ter recursos para aportes em obras, serviços e ações de sua gestão. O que Caiado faz é uma administração sem corrupção e sem malversação do erário. Ganha com isso toda a sociedade goiana. Lógico.



LINCOLN TEJOTA

Governo aposta na aprovação da reforma da Previdência

HELTON LENINE

A Proposta de Reforma da Previdência do Governo de Goiás enviada à Assembleia Legislativa no final de outubro, segue o alinhamento com o conteúdo da PEC 06 do governo federal. A expectativa, segundo o vice-governador Lincoln Tejota, é que a aprovação ocorra na íntegra, uma vez que o estado não pode legislar em matéria previdenciária. Alterações no texto poderiam implicar em inconstitucionalidade. “É por este motivo que a extinção do quinquênio por exemplo, segue alinhada com a proposta do governo federal”, diz Lincoln Tejota, em entrevista à rádio Sagres 730.

Segundo ele, o quinquênio foi um instrumento de valorização do servidor que hoje, diante da realidade do déficit público, é “um corte na carne”, sob pena da inviabilização da capacidade do estado de pagar os servidores em dia. A estimativa do governo estadual para o ano que vem, é de uma receita de pouco mais de 29 bilhões e uma despesa de 33 bilhões; o déficit apurado pela Secretaria da Economia é de 3,5 bilhões de reais.

O vice-governador lembrou ain-

da que todos os dados e projeções apresentados pela Secretária Cristiane Schmidt e pelo presidente da GoiásPrev Gilvan Cândido da Silva, na solenidade de entrega da PEC ao presidente da Assembleia Legislativa, Lissauer Vieira, demonstram que a conta simplesmente não fecha. “Não há dificuldade com os projetos enviados pelo Executivo à Assembleia. Claro que o debate deve existir. Afinal, trata-se da missão primordial do Legislativo e da vida da população, mas quando mencionam crise com a Assembleia, isso não existe; é página virada”, assegurou Lincoln Tejota.

Outra prioridade do governo estadual é a adesão pretendida ao Regime de Recuperação Fiscal (RFF). Em breve, o término do efeito da medida cautelar do Supremo Tribunal Federal que suspendeu temporariamente os efeitos do não-pagamento da dívida de Goiás com a União, poderá trazer impactos diretos, por exemplo, no pagamento da folha. “A adesão ao RRF poderá garantir mais prazos ao pagamento da dívida e ainda, que Goiás poderá retomar os investimentos que a população espera”, finaliza Tejota.



Schmidt: Estado aumenta arrecadação e reduz déficit

DA REDAÇÃO

A secretária de Economia Cristiane Schmidt prestou contas, na última quarta-feira, na Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa. A titular da Pasta reforçou a importância da aprovação da reforma da Previdência estadual. “Sem as reformas estruturantes a gente não vai sair dessa situação. Por isso que a reforma da Previdência é sumamente importante, que a gente acredita que vai ter um bom debate aqui na Casa, e a gente espera que a Casa aprove essa reforma o quanto antes em prol de quem? Dos 7 milhões de goianos”, afirma.

Cristiane Schmidt disse ainda que o Estado registrou aumento na arrecadação de impostos em 9,6% para o ICMS e 8,9% em relação ao IPVA, o que resultou em diminuição do déficit. A secretária ainda enumerou algumas das medidas para promover o equilíbrio das contas. “Nós aumentamos a receita em uma maior magnitu-



Cristiane Schmidt: recuperação das finanças do Estado

de. Diminuímos o nosso déficit em 43%. Isso mostra que a gente está enfrentando de frente a sonegação fiscal, os contratos que tinham sobrepreço”, argumenta.

Ainda de acordo com a secretária, apesar de o governo ter priorizado a quitação de restos das Pastas de Educação, como merenda e transporte escolar, e Saúde. Na Economia, despesas de TI ainda não foram regularizadas. “A gente está debatendo com o governador para poder ir pagando ao longo do tempo esses restos a pagar”, pontua.

Cristiane Schmidt disse que o Poder Executivo já está dialogando

com empresas e indústrias goianas para evitar retaliações, mas afirmou que estado precisa diminuir a renúncia fiscal. “O Pró-Goiás está vindo para desburocratizar. Se os incentivos fiscais são um entendimento de uma política pública como outras, temos que tomar isso mais fácil. Antigamente, havia processos que levavam dois anos para que a empresa conseguisse o incentivo. Isso não quer dizer que o volume desses incentivos seja o ideal. Queremos melhorar e tornar esse volume menor, pois o estado não comporta tantas renúncias”, explicou.



Aprovada venda de ações da Saneago

Texto aprovado prevê a obrigatoriedade de que 30% da venda das ações sejam aplicadas em saneamento básico

Venceslau Pimentel

A base de apoio ao Executivo comemorou ontem a aprovação em definitivo do projeto de lei que o governador Ronaldo Caiado (DEM) enviou à Assembleia Legislativa, que prevê a venda de até 49% das ações da Saneamento de Goiás (Saneago).

Foram mais de 30 dias de intenso embate entre governistas e a oposição. Enquanto os aliados tentavam seguir orientação do governador, que pediu tramitação especial da propositura, a bancada oposicionista fez uso da prerrogativa legal de obstrução da votação da matéria, pedindo vista e apresentando emendas, nas Comissões Mista e de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), e também no plenário.

A oposição se colocou contra a matéria, argumentando que a venda de ações seria o início do processo de privatização da Saneago. Mas também, já sabendo que a base aliada tinha os votos necessários para a sua aprovação, buscou alterar o projeto de lei, sugerindo, por meio de emenda, que 100% do dinheiro da venda fosse investido em saneamento.

Foi o que propôs a deputada tucana Lêda Borges, em emenda subscrita por Antônio Gomide, Adriana Accorsi, Talles Barreto (PSDB) e Helio de Sousa, todos da oposição. Mas a proposta não prosperou, já que foi vetada pelo líder do Governo, Bruno Peixoto (MDB).

Em todo o processo, acabou prevalecendo apenas a emenda de Rubens Marques (Pros), que é funcionário da Saneago. Ela fixa que, obrigatoriamente, 30% dos recursos da venda das ações sejam aplicados em saneamento. Mesmo assim, Marques, que é integra a base aliada, votou contra o projeto, recebendo apoio dos servidores da companhia, que acompanharam o desenrolar do processo de apreciação do projeto no plenário.

Em resposta ao discurso da oposição, de que a venda de ações culminaria na privatização da companhia, Bruno Peixoto descartou essa possibilidade, seguindo o mesmo discurso do governador. Quanto aos questionamentos se a venda de ações, agora, desaguaria na privatização da Saneago, lá na frente, já que esse processo é uma das exigências do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), um programa do governo federal de socorro a estados endividados, Peixoto respondeu que não.

“Essa é uma decisão (de venda de ações) que o governo vai tomar, independentemente do RRF”, pontuou, frisando que se trata de mais uma medida para sanear as finanças do Estado. “Todos sabem que o governador Ronaldo Caiado assumiu o Estado com um enorme déficit orçamentário. Então, medidas como essa têm que ser debatidas, sim, e não podemos nos furtar de mostrar à sociedade a realidade financeira do Estado”, arrematou.

Ao apresentar contas do go-



A matéria será encaminhada para o Executivo, onde passará pela sanção do governador

verno, referentes ao segundo quadrimestre deste ano, na última quarta-feira, a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, disse que a adesão de Goiás ao Regime de Recuperação Fiscal é imprescindível, diante da continuidade do quadro de cala-

Assim como Peixoto, o presidente da companhia lembrou que Caiado já havia garantido, na campanha eleitoral, e depois que assumiu o governo, que a Saneago não estaria no de eventuais privatizações. Soavinski posicionou-se con-

ele, o que o governo está fazendo é atualizar a lei que criou a Saneago, editada em 1967, e que já previa a venda de ações, e uma forma de capitalizá-la.

A propositura visa regulamentar a operação de abertura de capital, que ainda precisa ser autorizada por uma assembleia geral da empresa. No parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado, há o destaque de que o Estado deverá permanecer com 51% das ações ordinárias, e que a alteração da lei vai permitir a venda de uma maior parte de seu capital, mas sem qualquer impacto à manutenção da prerrogativa do Estado como acionista controlador.

A lei que foi alterada é a de número 6.680, de 13 de setembro de 1967, que criou a estatal, que já assegura que o controle da companhia ficará com o Estado. De acordo com Caiado, a sugestão para vender ações da companhia partiu do presidente da companhia, Ricardo Soavinski. **(Especial para O Hoje)**

Medidas como essa têm que ser debatidas, sim, e não podemos nos furtar de mostrar à sociedade a realidade financeira do Estado

midade financeira do Estado.

Bruno Peixoto contou com a retaguarda do presidente da Saneago, Ricardo Soavinski, na batalha de convencimento dos deputados para a aprovação do projeto do governo. Ao ser sabatinado pelos deputados da oposição, Soavinski sustentou que o estado continuará detendo 51% das da estatal, descartando a sua privatização.

trária à privatização, porque ressaltou que uma empresa de saneamento não pode ter como foco apenas a questão econômica, mas deve considerar também o aspecto social.

Mesmo que a Saneago esteja operando no azul, ou seja, dando lucro real, ele defendeu a ampliação dos investimentos, para dar mais eficiência na prestação de serviços. Segundo



PACTO FEDERATIVO

Alego repercute proposta que extingue municípios

Raphael Bezerra

Os deputados estaduais repercutiram, na tarde desta quinta-feira (7), a proposta do Governo Federal que acaba com os municípios brasileiros com menos de 5 mil habitantes. Os parlamentares que discursaram no Pequeno Expediente da Sessão Ordinária na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) são contrários à extinção dos municípios, com exceção de Paulo Trabalho (PSL).

Segundo um estudo da Federação Getúlio Vargas (FGV), um em cada cinco municípios brasileiros podem deixar de existir caso a proposta do Governo seja aprovada. A sugestão de mudanças na legislação para viabilizar a fusão consta na PEC 188/2019, sobre o novo pacto federativo, entregue simbolicamente por Bolsonaro ao Congresso na terça-feira (5).

Bolsonaro afirmou que a proposta atinge municípios que estão no “negativo”. “E a população vai ter de concordar. Ninguém vai impor nada não”, disse. O presidente tratou sobre a proposta com

apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada. Bolsonaro não deixou claro de que forma seria feita a consulta à população.

Apagamento da história

Para a maioria dos parlamentares, no entanto, o entendimento que o Governo Federal fez ao propor a extinção dos pequenos municípios brasileiros é equivocada. O deputado estadual Virmondes Cruvinel (Cidadania), alerta para a necessidade de se preservar as histórias que foram construídas pelos moradores dessas cidades. “Os municípios não são empresas que quando não está dando lucro você fecha. Eles têm história e foram construídos por pessoas que buscaram a sua autonomia”, diz.

Os deputados formaram coro em defesa da permanência desses municípios. O deputado Antônio Gomide (PT) abriu o diálogo e cobrou o posicionamento da Poder Legislativo goiano e do governador de Goiás, Ronaldo Caiado (Democratas). “Nós não queremos o fechamento de municípios! Isso é importante, pois nós fomos eleitos prometendo

que nós melhoráramos os municípios, seja ele pequeno ou grande. Se o problema for econômico e se a solução for a redução de vereadores, porque não reduzir também a quantidade de deputados na Assembleia Legislativa?”

Henrique Arantes (MDB) foi

*Todas as cidades
que entrariam
no corte são
bonitas e bem
cuidadas*

o mais incisivo no seu posicionamento. Para ele, a extinção dos municípios é um retrocesso tal qual fazer o Brasil voltar a ser colônia. “Não vai trazer economia. Isso é muito danoso, as pessoas têm identidade e orgulho dos seus municípios, vai ser humilhação a extinção. Ninguém quer redução de serviços, a população quer autonomia administrativa. Até porque o

fundo de participação que deixará de ser repassado à essas cidades não é tão significativo financeiramente”, lamentou.

Wagner Neto (Pros) também se manifestou contrário à proposta. Para ele, a redução de status para distrito é impopular. “Basta andar pelas ruas das cidades goianas de pequeno porte para constatar que os habitantes tratam muito bem os seus municípios”, diz.

Posição favorável

Na trincheira do bolsonarismo, Paulo Trabalho defende que o fim desses municípios fará com que os recursos do Governo Federal sejam melhores distribuídos. Para o parlamentar, a proposta que prevê a extinção de alguns municípios com baixa arrecadação e que atendem aos critérios estabelecidos pode parecer catastrófica a princípio, mas que é muito benéfica para todo o país.

“Hoje temos municípios com participação de apenas 1% e com uma máquina pesada de prefeito, vereadores, enquanto a população vai no hospital e não tem

um soro para serem atendidos. Vereadores ganham altos salários para trabalharem quase nada enquanto o trabalhador sofre com a falta de recursos”.

Paulo acredita que o prazo para adequação até 2025 é um incentivo para os prefeitos desses municípios atraírem investidores e habitantes. “Em alguns municípios do interior, as famílias tradicionais dificultam a chegada de novos moradores e investidores para não perderem seu poder político, isso não pode acontecer. Façam as contas, olha o peso que é para manter esse funcionalismo”, finalizou.

O deputado Talles Barreto (PSDB) lamentou a fala de Paulo Trabalho e disse que a independência permite que “prefeito e aos vereadores que busquem recursos com seus deputados”. “Paulo não defenda isso. A proposta parece boa em primeiro aspecto, mas é ruim para o cidadão mais pobre. Porque é na Prefeitura e na Câmara que ele tem um amparo. Todas as cidades que entrariam no corte são bonitas e bem cuidadas”, finalizou. **(Especial para O Hoje)**



LICITAÇÃO

Detran regulariza emissão de documentos CRV e CRLV

De acordo com o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO), a emissão de Certificados de Registro e Licenciamento de Veículo e Certificado de Registro de Veículos (CRV e CRLV) em Goiás deve ser normalizada até hoje (8). Com o reajuste, o órgão que pagava R\$ 3,56 por unidade impressa, passa a pagar para R\$ 0,60 por documento.

A regularização foi iniciada na última quarta-feira (6) com a impressão dos documentos em larga escala que se deu após um acordo formalizado com a empresa que detinha o contrato com a autarquia, até que haja a homologação e instalação da empresa vencedora da nova licitação. Até o momento o órgão já imprimiu mais de 26 mil unidades.

O serviço vinha ocorrendo em regime especial desde o início de novembro devido à reestruturação ocorrida após a conclusão de processo licitatório para escolha da empresa responsável por realizar as impressões. Em Goiás, são entregues cerca de 200 mil documentos de veículos por mês.

Com a troca da empresa, os novos valores levam a uma economia de 83%, representando cerca de R\$ 550 mil por mês (R\$ 6,6 milhões ao ano), para os cofres públicos. De acordo com levantamentos, as mudanças promovidas no Detran-GO neste ano geraram uma economia direta e indireta para os goianos na ordem de R\$ 150 milhões.

Para o cálculo, foram computadas a redução no preço de



Até o momento o órgão já imprimiu mais de 26 mil unidades

serviços, revisão de contratos, extinção de procedimentos desnecessários que oneravam o cidadão. Para minimizar o impacto da transição, o usuário tem a opção de utilizar a versão eletrônica do CRLV. Ela pode ser obtida por meio do aplicativo do Denatran (Carteira Digital de Trânsito), disponível na Google Play e Apple Store.

Dados da Secretaria da Economia apontam que 430 mil veículos possuem uma dívida de R\$ 236 milhões, referentes à IPVA atrasado e licenciamento entre 2014 e 2018. Após autuação pela falta de pagamento, o valor do IPVA é acrescido de juros, correção monetária e multa. Isso pode elevar em mais de 100% o valor do imposto.

Regulamentações

No início do ano, o governador do Estado Ronaldo Caiado (DEM), assinou um decreto para que todos os contratos em vigor e as licitações em andamento fossem revisados, buscando um enxugamento nos gastos das contas públicas

em todas as pastas da administração pública estadual. A medida alcançou também o Departamento Estadual de Trânsito de Goiás (Detran-GO).

O presidente do órgão, Marcos Roberto Silva, afirmou, à época em que assumiu, que iria enxugar os gastos e agilizar o atendimento ao cidadão. A primeira medida da nova gestão do departamento foi uma auditoria em 50 contratos de manutenção e apoio que demandavam recursos na ordem de mais de R\$ 200 milhões e a revisão e renegociação de procedimentos, o que trouxe uma redução para R\$ 160 milhões, ou seja, uma economia de 21% do valor original.

O Detran-GO passou, a partir deste ano, a emitir e entregar no mesmo dia a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) e o Certificado de Registro de Veículo (CRV). **(Higor Santana é estagiário do Jornal O Hoje sob orientação do editor interino de Cidades Rafael Melo)**